

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado de R\$ 118.334 é representado por 88.877.773 ações ordinárias nominativas.

10.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, as reservas de lucros de R\$ 246.737 (R\$ 230.854 em 31 de dezembro de 2023) eram compostas por:
a) Reserva legal de R\$ 23.667, constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei n.º 6.404/1976;
b) Reserva estatutária de R\$ 168.473 (R\$ 146.995 em 31 de dezembro de 2023), constituída ao final do exercício social, após as destinações legais compulsórias, conforme estatuto social; e
c) Outras reservas de R\$ 54.597 (R\$ 60.192 em 31 de dezembro de 2023), esta reserva foi constituída inicialmente em 2021 em função do impacto de adoção do IFRS 17/CPC 50 na data de transição.

10.3. Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. O estatuto social também prevê a possibilidade de serem declarados e pagos dividendos intermediários à conta de Lucros acumulados ou de Reservas de lucros existentes.

	2024	2023
Lucro líquido do ano	150.734	166.047
Ajuste efeito IFRS 17/CPC 50	5.595	4.641
Base para a distribuição de dividendos	156.329	170.688
Dividendos pagos e propostos decorrentes do lucro do exercício	135.000	100.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	86,36%	58,59%
Destinação à reserva de lucros	156.329	95.486

A Companhia é uma holding de duas empresas operacionais, reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que impõem restrições ao mercado regulado de forma que a adoção das normas IFRS são apenas para aquelas aprovadas pelo regulador. No caso do IFRS 17/CPC 50, a SUSEP ainda não aprovou seu uso. Além disso, há uma gestão de capital e solvência que requer um controle maior de liquidez, não praticado em outros mercados. Diante desse cenário, a base de cálculo das destinações do resultado, segue as normas contábeis aplicáveis às seguradoras considerando as diretrizes do órgão regulador SUSEP, uma vez que a Companhia não possui outro fluxo de caixa relevante além daquele proveniente das empresas reguladas por tal órgão.

10.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados no VJORA, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica "Créditos tributários e previdenciários" e outros resultados abrangentes relativos aos efeitos de taxas de juros dos fluxos do IFRS 17/CPC 50. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era uma perda de R\$ 27.001 líquidos de tributos (perda de R\$ 2.819, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2023).

11. Informações por linhas de negócio operacionais

As atividades do Grupo são organizadas da seguinte forma:

	Consolidado				
	Vida complementar	Capita- lização	Outros (*)	31/12/2024 31/12/2023	
Receita de contratos de seguro	630.481	27.943	—	658.424	643.380
Despesas de contratos de seguro	(412.321)	(14.179)	—	(426.500)	(379.351)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	4.906	—	—	4.906	(4.194)
Resultado de contratos de seguro e resseguro	223.066	13.764	—	236.800	259.835
Receita líquida com títulos de capitalização	—	—	144.105	144.105	140.161
Resultado com sorteios	—	—	(19.238)	(19.238)	(19.313)
Custo de aquisição	—	—	(30.838)	(30.838)	(30.766)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização	—	—	21.292	21.292	19.332
Resultado com operações de capitalização	—	—	115.321	115.321	109.414
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro	2.128	(14.368)	—	(12.240)	(30.107)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	(415)	—	—	(415)	(2.904)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	—	—	53.756	16.447	87.509
Resultado financeiro líquido	1.713	(14.368)	53.756	16.447	54.498
Despesas administrativas	(44.455)	(2.742)	(96.373)	(145.028)	(133.935)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(15.296)	(944)	—	(16.240)	(15.244)
Resultado antes dos tributos	165.028	(4.290)	72.704	14.989	274.568
Imposto de renda e contribuição social correntes	(68.589)	(4.232)	(28.606)	(101.427)	(111.616)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.513	217	—	3.730	3.095
Lucro líquido do exercício	99.952	(8.305)	44.098	14.989	150.734

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

	Consolidado				
	Vida complementar	Capita- lização	Outros (*)	31/12/2024 31/12/2023	
Total do ativo	479.688	6.356.701	1.518.069	1.782	8.356.240
Investimentos em coligadas e controladas	42.449	172.411	120.588	—	335.448
Total do passivo	185.763	6.435.765	1.396.540	102	8.018.170

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

12. Demonstração dos cálculos de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL)

O IRPJ e a CSLL, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	150.734	150.734	166.047	166.047	248.431	248.431	274.568	274.568
Adições:	—	—	—	—	10.253	10.253	12.999	12.999
Adição permanente	—	—	—	—	711	711	1.672	1.672
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	—	—	—	—	500	500	1.431	1.431
Doação e patrocínios indedutíveis	—	—	—	—	2.471	2.471	2.551	2.551
Outras provisões	—	—	—	—	995	995	997	997
PIS e COFINS diferido	—	—	—	—	4.522	4.522	5.203	5.203
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	—	—	—	—	854	854	1.037	1.037
Tributos e contribuições em questionamento judicial	—	—	—	—	200	200	108	108
Exclusões:	(151.476)	(151.476)	(167.075)	(167.075)	(6.446)	(6.446)	(7.200)	(7.200)
Equivalência patrimonial	(151.476)	(151.476)	(167.075)	(167.075)	—	—	—	—
Outras provisões	—	—	—	—	(781)	(781)	(1.664)	(1.664)
PIS e COFINS diferidos	—	—	—	—	(4.581)	(4.581)	(4.522)	(4.522)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	—	—	—	—	(1.084)	(1.084)	(1.014)	(1.014)
Resultado ajustado	(742)	(742)	(1.028)	(1.028)	252.238	252.238	280.367	280.367
Compensação prejuízos fiscais e bases negativas	—	—	—	—	—	—	—	—
Lucro após as compensações	(742)	(742)	(1.028)	(1,028)	252.238	252.238	280.367	280.367
Alíquotas oficiais	15% – 10%	15% – 10%	15% – 10%	15% – 10%	15% – 10%	15% – 10%	15% – 10%	15%
Despesas com IRPJ e CSLL	—	—	—	—	(62.482)	(37.947)	(71.327)	(43.370)
Incentivos fiscais	—	—	—	—	2.442	—	2.413	—
Constituição/(reversão) de créditos tributários	—	—	—	—	181	109	2.352	1.411
Despesas com IRPJ e CSLL	—	—	—	—	(59.859)	(37.838)	(66.562)	(41.959)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	24,09%	15,23%	24,24%	15,28%

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Banrisul Icatu Participações S.A. ("Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo revisado e analisado o Relatório da Administração, as Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, deliberaram, por unanimidade e sem reservas, emitir o presente parecer sem ressalvas, a fim de opinar favoravelmente à aprovação dos referidos documentos em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada. Porto Alegre, 26 de março de 2025. **Agomar Aliatti** - Presidente; **Márcio Santiago Câmara** - Conselheiro Vice-Presidente; **Luiz Alcides Capoani** - Conselheiro; **Marcelo Eboli Botelho Benjamim** - Conselheiro.

Conselho de administração

Presidente:

Fernando Guerreiro de Lemos

Demais conselheiros:

Ademar Schardong; Artur José de Lemos Júnior; Edson Georges Nassar; Luciano Soares; Luiz Carlos Caio Tomazeli

Diretoria

Diretor-Presidente: César Luiz Salazar Saut

Diretor: Marcio de Moraes Palmeira

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuária: Lígia Guedes de Abreu - MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Banrisul Icatu Participações S.A.

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Banrisul Icatu Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa

Contador - CRC 1SP167720/O-1



Assine o JC impresso
e receba em casa
conteúdos exclusivos!

Jornal do Comércio

Telefone: (51) 3213.1300

WhatsApp: (51) 3213.1397

E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br